

11ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DE SANTO AMARO DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Exma. Sra. Dra. **FERNANDA PEREZ JACOMINI**, Juíza de Direito **11ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DE SANTO AMARO DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, e interessar possa, que será realizado leilão público através do Leiloeiro **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO**, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 754, da Gestora **Picelli Leilões**, a ser realizada de forma híbrida no sítio eletrônico www.picellileiloes.com.br, ou presencial no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 (*artigo 11 parágrafo único da Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ*).

Processo: 1054364-35.2019.8.26.0002

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.

EXEQUENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL RADAL I, CNPJ/MF, 54.223.110/0001-4 por seu representante legal.

EXECUTADOS: STEVE CARLOS BARANY, CPF nº 695.721.358-7, WALKIRIA HELENA CALLE BARANY, CPF 860.501.179-34

INTERESSADOS:

- ✓ Prefeitura Municipal de São Paulo, CNPJ/MF nº 46.395.000/0001-39, na pessoa do procurador.
- ✓ Processos 012999-90.2013.8.24.0064 (Execução Civil) e 0012997-23.2013.8.24.0064 (Embargos à Execução), que tramitam perante a 2ª Vara Cível Da Comarca De São José/SC.
- ✓ Processo n. 0069214-88.2008.8.24.0023 (023.08.069214-4), que tramita perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis/SC.

DO CERTAME

1ª Praça: Iniciará no dia 10/07/2023 às 14:00 horas e encerrará no dia 13/07/2023 às 14:00 horas (horário de Brasília).

DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 1.108.293,75 (um milhão e cento e oito mil e duzentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), para maio de 2023, que será **atualizado até a data do leilão**, conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção até:

2ª Praça: Iniciará no dia 13/07/2023 às 14:00 horas e se encerrará no dia 10/08/2023 às 14:00 horas (horário de Brasília).

DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 664.976,25 (seiscentos e sessenta e quatro mil e novecentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos), que corresponde **60% do valor da avaliação, que será atualizado até a data do leilão**. Conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

DA DESCRIÇÃO DO BEM: Matrícula 110.536 do 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo - APARTAMENTO Nº 141 - DUPLEX, localizado no 14º andar do Edifício Radal

I, situado à Rua Fernandes Moreira nº 725, 29º Subdistrito-Santo Amaro, contendo a área útil de 189,57m², a área comum de 107,60m², área total construída de 297,17m², e fração ideal no terreno de 6,186%. Contribuinte (Av.7/110.536) 087.149.0126-9

Matrícula 110.538 do 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo -VAGA SIMPLES nº 19, localizada no 2º subsolo do Edifício Radal I, situado à Rua Fernandes Moreira nº 725, 29º Subdistrito-Santo Amaro, contendo a área privativa de 36,78m², a área comum de 10,42m² área total de 47,20m², a fração ideal no terreno de 0,59927%. Contribuinte: 087.149.0088-2

DEPOSITÁRIO: STEVE CARLOS BARANY, CPF nº 695.721.358-7, WALKIRIA HELENA CALLE BARANY, CPF 860.501.179-34.

CONSTA NO LAUDO DE AVALIAÇÃO – o apartamento é composto: pavimento inferior – sala de estar, sala de jantar com sacada, lavabo, escritório, hall de distribuição 1, cozinha, área de serviço e lavanderia, dormitório e banheiro de empregada, hall de distribuição 2, 3 suítes; Pavimento superior – salão 1 - hall de circulação, banheiro, sauna, área da churrasqueira com varanda externa, despensa, hall de acesso ao salão 2, salão 2 convertido em dormitório, varanda externa; possui ainda a vaga simples de garagem nº 19, contendo a área privativa de 36,78m², sendo que a referida vaga possui demarcação para o estacionamento de 3 veículos; o estado de conservação do apartamento se enquadra no item “c) regular”; o condomínio possui área de lazer constituída de áreas ajardinadas e salão de festas, é constituído de 2 subsolos destinado a garagem, pavimento térreo e mais 13 pavimentos superiores com dois apartamentos por andar, além da cobertura duplex (avalianda), localizada no 14º andar, perfazendo assim um total de 27 unidades residenciais, acessadas por escadas ou 1 elevador social mais 1 de serviço; todas as vagas de garagem do edifício são cobertas e estão localizadas nos 1º e 2º subsolos.

Localização: Rua Fernandes Moreira, 725, apartamento 141, Edifício Radal I, Chácara Santo Antônio, São Paulo/SP, CEP 04716-001

AVALIADO: R\$ 1.077.853,11 (Um milhão e setenta e sete mil e oitocentos e cinquenta e três reais e onze centavos) para junho de 2022 a ser atualizado até a data do leilão, pela Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

DO ÔNUS: Consta **PENHORA** do processo em epígrafe, fls. 172 devidamente averbada. 17. Consta na Av.12: ajuizamento do processo n. 0069214-88.2008.8.24.0023 (023.08.069214-4), que tramita perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis/SC; De acordo com informação obtida em 09/05/2023 perante o site da Prefeitura de São Paulo, constam os seguintes débitos: **Imóvel cadastrado sob nº 087.149.0126-9 - apartamento:** Exercício de 2023: R\$ 4.825,60, dívida ativa – exercícios 2022 / 2021 / 2020 / 2019 - R\$ 17.044,50. **Imóvel cadastrado sob nº 087.149.0088-2 - vaga de garagem:** Exercício de 2023: R\$ 507,20, dívida ativa – exercícios 2022 / 2021 / 2020 / 2019 R\$ 1.794,17

DO DÉBITO EXEQUENDO (débitos condominiais): R\$239.721,73 – junho de 2022 – fls. 540/545.

Eventual regularização de baixa dos ônus da referida matrícula será feita pelo arrematante. Não constam nos autos demais débitos, recursos ou causa pendente de julgamento além do acima mencionado sobre o bem penhorado até a presente data.

CONFORME DECISÃO DE FLS. 582/584:

A) os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

B) O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

As intimações das datas do leilão público, serão realizadas através dos advogados constituídos e, acaso não haja, será realizado no endereço do executado constante nos autos, sendo negativo a publicação do edital servirá como válida, não cabendo alegação de nulidade.

DO IMÓVEL: Demais informações de que sobre o bem recaia outros ônus, recursos ou causa pendentes deverão ser consultadas nos autos pelo interessado. O bem será vendido no estado de conservação em que se encontrar, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para o leilão, bem como dívidas pendentes sobre o bem e não descritas neste edital (Art. 18º da Resolução 236/2016 - CNJ). Os débitos da arrematação correrão por conta do arrematante, inclusive impostos, taxas, emolumentos, seguros são de conta e responsabilidade exclusiva do arrematante (29º da Resolução 236/2016).

DOS ÔNUS HIPOTECÁRIOS e TRIBUTÁRIOS: A hipoteca extingue com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1499, VI, do CC). Havendo pluralidade de credores (inclusive os garantidos por penhora) ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências, conforme art. 908 e parágrafos do CPC. Débitos de IPTU e demais taxas e impostos, bem como débitos condominiais (de natureza *propter rem*) serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do art. 130, 'caput' e parágrafo único, do CTN c/c art. 908, § 1º, do CPC.

DA RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE: Correrão por conta do arrematante todas as providências necessárias para a imissão na posse do imóvel bem como as despesas com transferência, recolhimento de ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reforma não averbados nos órgãos competentes além de outros débitos que incidir sobre o imóvel, excetuados aqueles quitados com o produto da presente Será de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas à desocupação, transferência dos imóveis.

DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.picellileiloes.com.br, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, §2º, do CPC.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O leilão será realizado de forma híbrida no sítio eletrônico www.picellileiloes.com.br, no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 e será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO, MATRICULADO na JUCESP sob nº 754**, habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP.

DOS LANCES: Os lances deverão ser ofertados pela rede INTERNET, através do portal <http://www.picellileiloes.com.br/>.

FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efetuado, mediante guia de depósito judicial, podendo ser à vista ou parcelado, sendo que o pagamento à vista será sobreposto ao parcelado ainda que este seja mais vultuoso. (art. 895, § 7º do CPC).

À VISTA: O pagamento à vista deverá ocorrer no prazo de 24 horas da confirmação de lance vencedor, como também deverá ser providenciado o pagamento da comissão do Leiloeiro no mesmo prazo.

PARCELADO: O interessado deverá apresentar proposta por escrito através do endereço eletrônico: contato@picellileiloes.com.br, até o início do leilão que deverá indicar o sinal de no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e o saldo em até 30 (trinta) parcelas reajustáveis pelo indexador do TJ/SP, com a garantia da hipoteca legal do próprio bem em epígrafe, consubstanciado no artigo 1.489, V do Código Civil. A apresentação de proposta não suspende o leilão (art. 895, §6º, do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações incidirá multa de 10% (dez por cento), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, nos termos do artigo 895, § 4º do CPC, que ficará pendente a homologação do Magistrado. Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará que o arrematante é remisso ao Juízo, para a perda da caução e comissão já depositadas, voltando os bens ao novo leilão, conforme artigo 897 do CPC, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos.

Conforme hodierna jurisprudência: “Agravo de Instrumento. Ação de despejo em fase de cumprimento de sentença. Proposta de arrematação do bem penhorado, mediante pagamento parcelado (artigo 895, II, do Código de Processo Civil), apresentada na vigência do segundo leilão. Admissibilidade. Ausência de prejuízo, uma vez que preservada a possibilidade de prevalência de eventual lance à vista ou em condições mais vantajosas de parcelamento, nos termos dos § 7º e 8º do referido artigo 895. Arrematação de imóvel que, por outro lado, é garantida por hipotecado próprio bem, sendo desnecessário o oferecimento de caução. Proposta que observou os requisitos legais, inclusive com indicação do indexador de correção monetária das parcelas. Recurso improvido.”(Agravo de Instrumento nº 2072683-74.2018.8.26.0000 – 32ª Câmara de Direito Privado – Desembargador Relator RUY COPPOLA – j.22/01/2019 – v.u.).

Acaso não haja o pagamento no prazo estipulado, o Juiz poderá aprovar a venda do bem para o segundo colocado, pelo último lance por ele ofertado.

ARREMATACÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO: Poderá o Exequente, caso for o único credor, arrematar o bem utilizando os créditos do próprio processo, acaso não sejam suficientes para a aquisição do bem, deverá este, complementar no prazo de 3 (três) dias, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação e nesse caso, será realizado novo leilão, à custa do exequente, observando o previsto no artigo 892, §1º, §2º e § 3º do CPC. Deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, na forma mencionada no edital sendo que que não será considerada despesa processual.

LANCE CONDICIONAL: Acaso não haja licitantes no leilão, será aberto a captação de lance na modalidade condicional pelo prazo de 30 (trinta), dias. Decorrido o referido prazo será informado ao juízo as propostas recebidas, ficando condicionadas à homologação do Magistrado, para posterior emissão dos documentos em caso de aceitação.

DA COMISSÃO: Em caso de arrematação, a comissão a ser paga será de **5% (cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (art. 7 da Resolução 236/2016 – CNJ)**

§ 1º Não será devida a comissão ao leiloeiro público na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública.

§ 2º Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no art. 775 do Código de Processo Civil, o leiloeiro público e o corretor devolverão ao arrematante o valor recebido a título de comissão, corrigido pelos índices aplicáveis aos créditos respectivos.

§ 3º Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro e o corretor público farão jus à comissão prevista no caput.”

A forma de pagamento, através de transferência eletrônica digital (TED), em conta bancária, a ser informada por esse Gestor e a comprovação do pagamento deverá ser encaminhada para juridico@picellileiloes.com.br

Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no portal <http://www.picellileiloes.com.br/>. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Decreto n. 21981/32, Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ), e demais normas aplicáveis ao Código de Processo Civil, Código Civil e o “caput” do art. 335 do Código Penal.

Nos termos do artigo 889 incisos I à VIII e parágrafo único, do CPC, ficam as partes e interessados, intimados das designações supra, uma vez que a publicação do presente edital supre a intimação das partes e de seus patronos, caso não sejam localizados para as intimações pessoais.

Jaguariúna, 9 de maio de 2023.

Dra. FERNANDA PEREZ JACOMINI
Juiz de Direito

Joel Augusto Picelli Filho
Leiloeiro Oficial – Jucesp 754